

# O peixe e o macaco: emblemas do subdesenvolvimento numa entrevista com José Eduardo Agualusa sobre o Brasil e Angola

Maurício de Bragança

*“Angola... de cujo triste sangue, negras e infelizes almas se nutre, anima, sustenta, serve e conserva o Brasil.”*

(Pe. Antônio Vieira)

Brasil e Angola possuem muitos elementos em comum nos seus processos de formação histórica. É conhecida a relação que se formou com os projetos de expansão ibérica do século XVI rumo à América, aproximando os dois países a partir de um contexto econômico que levava as capitânicas sul-americanas, o Brasil especificamente, a se interligarem num espaço complementar ao de Angola através do abastecimento de escravos africanos na colônia portuguesa. Dessa maneira o africano incorpora-se à paisagem americana.

Tanto o Brasil quanto Angola foram colônias (des)ajustadas ao mundo econômico desde uma perspectiva periférica, complementando e apoiando, através da exportação de suas riquezas (materiais e humanas), o império português. Os escravos africanos provenientes, em grande número, do território angolano, se estabeleceram como a principal mão-de-obra da América portuguesa. Esta estrutura do sistema colonial configurou o primeiro fluxo de migração forçada de angolanos ao Brasil. Esta força de trabalho iria marcar profundamente a história e a cultura brasileiras, conectando estes dois continentes.

O Brasil foi colônia portuguesa até 1822 e Angola até 1975, quando o país africano conquistou sua independência política, depois de passar por uma sangrenta guerra. O MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), de inclinação comunista, foi criado ainda na década de cinquenta como uma articulação em torno do processo anti-colonialista. Mesmo após 1975, Angola seguiu numa violenta guerra civil, exacerbada pela competição entre Estados Unidos e União Soviética durante a Guerra Fria. O MPLA e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), identificada com os Estados Unidos, destruíram o país em décadas de luta intensa. Isto estimulou, a partir dos anos oitenta, um processo de emigração de Angola, que buscava refúgio especialmente em Moçambique, Portugal e Brasil. Em 1992, houve eleições em Angola, nas quais o MPLA saiu vitorioso. Em 1993, foi assinado um acordo de paz entre o MPLA e a UNITA, reduzindo o fluxo emigratório de Angola, mas, na segunda metade da década, a guerra civil recomeçou e, conseqüentemente, a imigração de angolanos no Brasil retomou seu crescimento.

Atualmente Angola vive sob um novo acordo de paz, assinado em 2002 e que parece ter estabilizado, em parte, a realidade de violência proveniente da guerra civil. A política externa do governo Lula, buscando uma frente de coalizão entre os países do chamado terceiro mundo, levou o nosso presidente ao continente africano em 2003, com uma passagem por Luanda, onde acordos econômicos e de cooperação com a ex-colônia portuguesa foram selados. Medidas como essa podem até tentar diminuir gradualmente a violência em Angola e minimizar o preconceito contra a presença angolana no Brasil, mas décadas de sangrentas batalhas e extrema violência no país deixaram marcas profundas de exclusão na sociedade que ainda produzem efeitos sociais pungentes.

No Brasil, os angolanos chegavam, na década de noventa, como turistas, com um visto que lhes permitia permanecerem legalmente pelo prazo de um mês. Depois disso, a ilegalidade, e os problemas decorrentes dela, era o destino de quase todos eles. No final de 1998, o governo brasileiro implementou um projeto de anistia aos angolanos que se encontravam em condição ilegal no país. Mas os problemas em Angola não terminaram. A migração Luanda - Rio ainda permanecia e o número de angolanos em condição ilegal continuava a crescer.

Hoje em dia existem, aproximadamente, mais de 2000 angolanos no Brasil. Muitos deles moram no Rio, espalhados entre os bairros da Lapa, da Glória, do Estácio e o centro da cidade, além de algumas comunidades ao longo da Avenida Brasil. Um grande número dos angolanos do Rio vive na Vila do João, uma das diversas comunidades que formam o Complexo da Maré, convivendo com uma realidade de extrema violência, reforçada pela presença da polícia na disputa com as facções rivais do tráfico.

Em fevereiro de 2000, uma ação da polícia do Rio chegou a causar um incidente diplomático entre Brasil e Angola. Oitenta angolanos moradores da Vila do João foram detidos pela polícia, depois da morte de um policial numa ação contra traficantes no local. Ativistas pelos direitos humanos e movimentos negros protestaram contra a maneira como tais angolanos foram tratados pela ação policial e irresponsavelmente apresentados pela imprensa, fomentando a suspeita de sua participação no tráfico da Vila do João. Dois dias depois, a prefeitura da cidade oficialmente se desculpou ao cônsul angolano no Rio. Este episódio mostra-nos a vulnerabilidade em que se encontra a comunidade angolana, segregada do mercado de trabalho, sujeita à arrogância e à violência da polícia (tratamento este não diferente de suas ações contra quaisquer comunidades pobres das periferias da cidade do Rio de Janeiro). Ações como essa vêm reforçar o preconceito de que são vítimas os angolanos residentes no Brasil.

Por outro lado, a comunidade angolana desenvolve estratégias de relacionamento visando à inserção e integração na comunidade local, estabelecendo cadeias de reconhecimento e identificação com outros grupos.

Em 2005, durante o processo de realização de um videodocumentário sobre os angolanos residentes na Vila do João, tivemos a oportunidade de entrevistar o escritor angolano José Eduardo Agualusa, que se encontrava no Brasil para participar de mais uma Bienal Internacional do Livro, no Rio de Janeiro. Após alguns contatos, o escritor gentilmente nos recebeu no Hotel Glória, no dia 16 de maio, para uma conversa sobre as questões que moviam o documentário e as problemáticas históricas das relações entre Brasil e Angola. O videodocumentário ainda se encontra em fase de finalização, mas a entrevista pode ser conferida abaixo.

**Maurício de Bragança:** *A história recente de Angola é marcada pela questão da diáspora, proveniente de uma guerra civil, principalmente nos anos 90, e que proporcionou inclusive o que a gente tem percebido como uma espécie de identidade fraturada na Vila do João. A sua literatura também é muito marcada por essa constância da guerra como elemento motivador. Gostaria que você falasse um pouco disso: da guerra civil na sua história pessoal e essas marcas na sua literatura.*

**José Eduardo Agualusa:** Bem, a guerra em Angola tem diversas fases. Na verdade nós podemos até considerar que a guerra civil começou de uma certa forma com a própria guerra de Independência, em 60. Porque logo quando se desencadeiam as primeiras manifestações nacionalistas violentas no norte de Angola na altura das possibilidades da União dos Povos de Angola, da UPA, que era uma estrutura financiada pelos Estados Unidos da América, além dos colonos que são assassinados, são assassinadas também muitas centenas de angolanos negros que trabalhavam nas fazendas coloniais. Portanto, de uma certa maneira, já era uma guerra civil, que continua depois entre os movimentos de libertação. Eram três movimentos de libertação: a UNITA, que só surge mais tarde, o MPLA e a UPA, depois FNLA. Esses movimentos lutavam contra os portugueses, mas também lutavam uns contra os outros, e representavam diversos interesses internacionais. Estávamos em plena Guerra Fria, entre os Estados Unidos e a União Soviética, e até a China. No caso, a UNITA, quando surge, surge apoiada pela China; UPA-FNLA, apoiada pelos Estados Unidos e o MPLA, apoiado pelos países do leste. Portanto, estas três potências internacionais, grandes potências, usavam seus peões para se digladiarem entre si. De fato, estes movimentos lutaram contra os portugueses, mas lutaram também uns contra os outros. Já era uma guerra civil que depois da independência se torna evidente. Em 1992, acontecem

em Luanda os acordos de paz, um pouco antes até, em 1990, e em 1992 já há as primeiras eleições. Portanto, há um pequeno interregno de paz logo a seguir às eleições. As eleições são em setembro. Logo no início de outubro, a UNITA, o líder da UNITA, doutor Jonas Savimbi, recusa-se a aceitar o resultado das eleições e a guerra recomeça com extrema violência, muito mais violenta do que anteriormente e nas cidades inclusive, dentro de Luanda e dentro de outras grandes cidades angolanas. Portanto, aí temos uma nova fase da guerra que vai até recentemente, no fundo. Depois há pequenos acordos de paz, mas no fundo, enfim, a guerra prolonga-se até a morte do Jonas Savimbi, já em 2002. Mas, enfim, temos estas diferentes fases da guerra que afetaram as pessoas de uma forma diferente. No caso, por exemplo, das populações de desalojados e de refugiados, isso ocorre logo no início da guerra, logo que ainda a guerra anti-colonial se desencadeia em 1960, logo aí há angolanos que procuram refúgio nos países vizinhos, no Zaire, na Zâmbia. Depois, com a guerra civil em 75, há uma nova vaga de refugiados, mais uma vez para os países limítrofes, incluindo um pouco também a África do Sul, mas também para Portugal. A grande vaga foi para Portugal. Muitos milhares de angolanos buscaram refúgio em Portugal e também no Brasil. Vários angolanos, já nessa altura, buscaram refúgio no Brasil. Depois das eleições há esta nova fase da guerra, terceira guerra, digamos assim, e então aí eu creio que sim, aí há um grande número de jovens angolanos que, para fugir à incorporação militar, vem para o Brasil, sobretudo para o Rio de Janeiro.

**MB:** *A gente percebe, de vez em quando, um questionamento grande dos angolanos lá na Vila do João a respeito do papel do intelectual angolano no processo histórico de Angola. Para você, qual é o papel do intelectual em Angola?*

**JEA:** É interessante isso. Às vezes quando as pessoas colocam “a literatura não tem grande utilidade”, eu sempre digo não, o caso de Angola demonstra que a literatura pode mudar o mundo, às vezes nem sempre para melhor. Porque o movimento nacionalista em Angola foi de fato antecedido por um movimento cultural, por um movimento literário. Este movimento literário, com revistas, com debates, etc preparou a insurreição nacionalista e não por acaso, logo a seguir à independência, nós temos um primeiro governo formado por um grande número de intelectuais, poetas, escritores, etc. O próprio presidente da república era um poeta. Nem por isso foi o melhor governo, infelizmente. Mas, portanto, vamos dizer que os intelectuais tiveram um papel ativo na insurreição nacionalista. Isto é absolutamente claro, sobretudo, do lado do MPLA. Agora, o que eu acho é que a seguir à independência estes intelectuais, muitos, se colocaram do lado do regime e enfraqueceram sua visão crítica, ou seja,

deixaram de agir como uma entidade capaz de refletir sobre o país de forma livre porque estavam do lado do regime, estavam do lado do poder. Isto durou muito tempo, durou bastante tempo, e eu creio que só depois, com o fim do sistema de partido único, com as primeiras eleições, os intelectuais começaram a ver, começaram a reaparecer alguns intelectuais um pouco mais críticos. Mas seja como for, eu acho que se deve ir bastante mais longe, eu penso que, sobretudo no que diz respeito ao escritor, eu acho que num país totalmente democratizado, num país estável e próspero, o escritor pode não ter nenhuma outra função que não seja, enfim, as grandes questões filosóficas ou divertir simplesmente as pessoas. Mas num país como Angola, que é um país no qual a maioria da sua população não tem voz, não é capaz de fazer ouvir a sua voz, e é um país onde existem tantos problemas, tão graves, eu acho que o escritor num país assim tem obrigação de dar voz a essas pessoas, de procurar dar voz a essas pessoas.

**MB:** *O perfil do angolano, que migrou nos anos 90 para a Vila do João, é um perfil de jovem, entre 18 e um pouco menos de 30 anos, homens em sua maioria, provenientes dos musseques de Luanda, pobres, e todos, absolutamente todos eles que a gente encontrou até agora, negros. Você, sendo um angolano branco, como é que você vê a questão racial em Angola?*

**JEA:** Essa vaga é muito diferente daquela que aconteceu em 75. Eu acho, que em 75, a maioria dos angolanos que migraram para cá eram angolanos da pequena-alta burguesia; portanto, uma burguesia mestiça, branca. A guerra curiosamente teve isto. Durante muito tempo, logo a seguir à independência, os oficiais, ou parte, vamos dizer, dos oficiais generais dos exércitos angolanos, podemos dizer a maioria dos generais, eram mestiços e brancos, que eram aqueles que tinham estudado nas universidades militares, que tinham tido alguma possibilidade de estudar, que tinham desenvolvido a sua capacidade a uma direção militar. Hoje a situação já não é mais tanto assim, mas ainda é um pouco, ou seja, em um certo nível das forças armadas ainda há essa presença. Em 75, você ainda podia encontrar entre os soldados elementos dessa pequena burguesia mestiça, mas pouco a pouco o que foi acontecendo é que a guerra foi sendo feita cada vez mais pelos pobres. Quem morreu nesta guerra foram os pobres, a partir de uma certa altura. E quando chegamos a 92, então, isso é absolutamente claro. Na terceira fase da guerra, quem dá a vida, quem faz a guerra, quem morre na guerra, são geralmente os pobres. Os generais podem ser ainda mestiços, brancos, mas quem morre na guerra são os pobres. Há até um verso do Ruy Duarte de Carvalho que diz que “o sangue agora é dos outros”, ou seja, o sangue não é nosso. Não é dessa pequena-alta burguesia. Portanto, não é de admirar que sejam estes pobres que tentam



fugir da guerra também e que sejam esmagadoramente na sua totalidade, ou quase totalidade, negros.

**MB:** *No seu "O ano em que Zumbi tomou o Rio", você faz declarações bastante corajosas, tanto a respeito do processo de Angola quanto ao processo brasileiro, de exclusão da sociedade brasileira, inclusive afirmando que o Brasil nunca tinha sido de fato descolonizado. Isso na boca de um personagem angolano. Qual a diferença do processo de descolonização do Brasil e o de Angola, vistos por você?*

**JEA:** Bem, é totalmente diferente, não tem comparação, realmente. Eu falo disso no livro, e enfim é uma provocação, mas... É evidente: quem fez a independência do Brasil foi um rei português, que depois de ter feito a independência do Brasil, regressou a Portugal e foi rei em Portugal. É extraordinário isso. E quem fica no poder, quem fica a controlar o poder, são de fato ou portugueses ou descendentes de portugueses. E ficam sempre, ou seja, não há uma passagem de poder. A vasta maioria de brasileiros de descendência africana, que nessa altura era vastíssima maioria, mais de 80 por cento dos brasileiros no século XIX, eram negros. E os índios, as populações indígenas, são totalmente afastados do poder, totalmente afastados. De fato, até essa altura, havia uns mestiços no meio daquela situação. Por exemplo, é curioso que a literatura brasileira, toda ela, seja fundada por mulatos e negros, mas depois... Mesmo esse poder, que até podia ser ainda, enfim, um pouco escuro, vai clareando, até que no século XX, em meados do século XX, não havia nenhuma participação de afro-descendentes no poder, no poder político.

Em Angola, não. Em Angola o que acontece é que... É muito curioso, é muito interessante comparar isso: no século XIX, até finais do século XIX, criou-se em Angola uma elite baseada no tráfico de escravos, quase uma aristocracia, uma elite econômica, política e até cultural de angolanos, negros e mestiços. Esses angolanos tinham de fato muito poder, quer poder econômico – algumas das maiores fortunas de Angola nessa época estavam nas mãos de angolanos negros e mestiços –; quer poder político, uma boa parte do pequeno poder local, sei lá, o equivalente ao prefeito aqui ou o presidente da Câmara, eram angolanos; quer culturalmente. Por exemplo, para escrever alguns dos meus livros, li muito dos jornais publicados entre 1880 e 1900. Há inúmeros títulos, são dezenas e dezenas de títulos e muitos desses jornais eram dirigidos por angolanos negros, negros e mestiços. E você vê claramente, ao contrário do que se pudesse pensar, havia uma elite angolana com poder. Depois, já com o fim do tráfico de escravos, muitas dessas famílias vêm para o Brasil e as outras realmente perdem poder, poder econômico, desde logo porque a principal fonte de rendimento desaparece. E depois o próprio governo português, o próprio governo colo-

nial preocupado com a possibilidade dessas pessoas que já nos jornais da época falavam em independência – já naquela altura, já no século XIX se falava em independência – preocupado com a possibilidade real disso acontecer vai retirar ainda mais poder a essas pessoas, vai criar legislação no sentido de retirar, de empobrecer essa elite, e consegue, consegue fazer isso. Agora, a grande diferença relativamente ao Brasil é que nós temos, seja como for, temos uma classe média-alta negra em Angola que vem de há muito tempo, que tem séculos, essa é uma primeira grande diferença. Por outro lado, logo a seguir à independência, mesmo antes da independência, já com a luta nacionalista, já com a luta anti-colonial, quando surgem os primeiros movimentos de libertação, logo aí há uma revolução de mentalidades porque há essa apreciação de que quem vai ter o poder será a maioria negra e portanto há uma integração dos angolanos brancos e mestiços no movimento de libertação dentro dessa idéia. E isso modifica completamente até a mentalidade das pessoas. E quando acontece essa revolução, essa revolução de mentalidades atinge o seu auge, ou seja, você tem, portanto, um país que passa a ser gerido por uma maioria negra e isso muda a cabeça das pessoas, completamente.

**MB:** *Uma questão recorrente, voltando ainda a “O ano em que Zumbi tomou o Rio”: nos depoimentos que a gente observa na Vila do João, é que há um certo estigma na comunidade local, e na sociedade carioca como um todo, de uma articulação do angolano com o tráfico no Rio de Janeiro. A imprensa, irresponsavelmente, sempre inscreve este angolano da Vila do João, ou do Estácio, enfim, da periferia, articulado a uma rede do tráfico. Você de alguma forma toca neste ponto em “O Ano em que Zumbi tomou o Rio”. Como é que você tomou contato com estas questões e por que você resolveu colocá-las no livro?*

**JEA:** Bem, na verdade não é o que se quer apenas do angolano, é o brasileiro pobre que vive nas favelas e o brasileiro negro porque nas favelas a maioria da população é afro-descendente, e realmente sofre este estigma. Vive num território dominado pelo tráfico e é identificado dessa forma pelos outros brasileiros das classes mais ricas. Não são apenas os angolanos; estes angolanos sofrem este estigma porque vivem lá. Os outros poucos angolanos que estão aqui, que também há alguns vivendo na classe alta e há alguns extremamente ricos que evidentemente vivem nos bairros ricos, não sofrem este estigma, naturalmente. De fato eu já tinha essa idéia de escrever este livro há muito tempo porque qualquer angolano, qualquer africano que chega ao Brasil imediatamente repara nessa coisa extraordinária que é um país que de fato não tem uma paranóia racial, não pensa muito nisso, mas onde uma fratura racial corresponde a uma fratura social, não? Ou seja, é muito claro que a pobreza aqui tem cor, e qualquer angolano, sobretudo, está habituado a uma

outra realidade. E muitos angolanos ainda por cima têm um grande culto ao Brasil, as pessoas curtem aquelas coisas do Brasil, como música, etc. Têm uma imagem muito favorável do Brasil, e quando chegam ao Brasil reparam nisso, são confrontados com isso, com esse fato de os negros estarem excluídos do poder, e isso normalmente é um choque. Portanto desde há muito tempo que eu tinha intenção de fazer este livro. Evidentemente depois houve um outro click, vamos dizer, quando surgiram nos jornais essas notícias dizendo que eventualmente haveria mercenários angolanos ao lado do tráfico. Eu acho que a originalidade do meu livro é supor que aquilo que já é uma guerra, um confronto militar já, passa a ter contornos políticos, ou seja, aquilo que é uma guerra simples, uma guerra entre polícias e bandidos, digamos, passa a ter contornos políticos, ou seja, é imaginar uma espécie de Che Guevara das favelas, uma espécie de Zumbi do século XXI que dê uma consistência política a esta revolta. Essa é a originalidade do livro; é isso que eu tento imaginar. E aí interessou-me imaginar o próprio Zumbi de ascendência angolana, ou seja, teria uma origem angolana, interessou-me imaginar, porque faz algum sentido, que um antigo oficial do exército angolano com experiência militar pudesse ter esse papel, porque eventualmente o que falta aos soldados do tráfico é essa experiência militar, alguém que organize, que não só dê consistência política mas também dê uma maior articulação militar a esta guerra. Então, foi assim que surgiu. Agora, eu tento, você deve ter reparado, eu tento um pouco salvar a face desses angolanos pobres que fugiram à guerra, explicando o que é uma verdade: que a maior parte deles fugiram a uma guerra e o que eles querem, o que eles menos querem é outra guerra, é verem-se envolvidos numa outra guerra. Portanto eu acredito que, acredito realmente nisso, acredito que a maior parte dessas pessoas sejam trabalhadores honestos. O que querem é fugir da guerra, caramba! Conseguiram fugir de uma, não é? Não vão meter-se numa outra.

**MB:** *A sua literatura propõe uma reescrita da história a partir do desmoronamento de uma história oficial, criando um entrelugar que desliza entre a ficção e a realidade. A gente percebe, na Vila do João, que a memória dos angolanos que vão para lá, ela de uma certa forma também reescreve uma outra narrativa histórica, justamente através dessa questão da diáspora, até propondo umas lacunas da memória como lugar da própria memória, ou seja, o esquecimento como memória, seja pelo afastamento cada vez maior da época em que viviam em Angola – tem angolano que está há quinze, dezesseis anos já aqui – seja pela tentativa de fuga realmente daquela realidade, como você acabou de colocar. O quanto você acha que pode haver de memória no próprio esquecimento? Quando esta lacuna se transforma na inscrição de uma memória?*



**JEA:** Eu acho que há duas questões: por um lado, os angolanos, se você for a Angola e mesmo por aqui, provavelmente, você sente essa coisa, os angolanos têm uma aparente e elevada auto-estima. O angolano é bem arrogante, muito orgulhoso da sua raiz, de sua origem, às vezes exagera. Eu acho que isso tem a ver com o fato de ser um país tão sofrido, né? E com tão poucos motivos de orgulho, na verdade. Então a pessoa muitas vezes tende a transformar o passado, tende a recriar o passado para conseguir motivos de orgulho, para conseguir uma certa auto-estima. Por exemplo, relativamente a Moçambique, Angola sempre teve uma disputa com Moçambique. Moçambique, pelo menos, teve uma Lurdes Mutola, que é uma grande campeã de atletismo ou casou a sua primeira-dama, a sua antiga primeira-dama, ex-mulher de Samora Machel, veio a casar com o presidente da África do Sul, um homem que todos nós, enfim, a maior parte das pessoas no mundo, venera, o Nelson Mandela. Então até dessas pequenas coisas Moçambique pode-se orgulhar, enquanto que nós de fato tenhamos poucos motivos de orgulho, muito poucos. E talvez isso faça com que o angolano tente reinventar a sua própria história, a sua própria memória de forma a conseguir manter a cabeça erguida. Por outro lado também é verdade que em Angola desde sempre houve esta... realidade e fantasia sempre se misturaram. Sempre houve uma coisa fluida. Há um livro muito interessante com uma entrevista com Gabriel García Márquez, creio que está publicado no Brasil. Eu li no original em espanhol, "El olor de la guayaba", em espanhol, portanto "O perfume da goiaba", em que ele conta que a experiência mais importante de sua vida aconteceu numa viagem a Angola, em 1977. Ele foi a Luanda e ao desembarcar em Luanda, ele diz, foi como se tivesse desembarcado na sua própria infância. E naquele momento ele percebeu que também era africano. E percebeu que aquilo a que nós chamamos realismo mágico é uma coisa que vem da África. Essa mistura entre a fantasia e a realidade é uma coisa africana e eu acho que ele tem razão nisso. Acho que ele tem razão. Em Luanda isso é muito perceptível. Talvez também essa capacidade de fabulação venha daí.

**MB:** *E essa questão dessa porosidade de limites, de contaminação dos limites entre realidade e ficção, as personagens que transitam muito nos seus livros, não só transitam geograficamente, fazendo quase um triângulo entre Brasil, Angola e Portugal e aí se expandindo para outros lugares – Goa, Berlim, etc e tal – mas transitam entre os próprios livros. Tem uma "migrância" muito grande, né? E a sua literatura constantemente é colocada como uma literatura mestiça. Existe uma série de questionamentos a respeito das teorias de mestiçagem... de que elas proporcionariam uma síntese apaziguadora dos conflitos. Você não acha que, ao invés de mestiça, seria mais própria à sua literatura a idéia de uma literatura migrante porque aí você tem realmente as questões*

*que migram e não encontram seus lugares e os conflitos são preservados? Como você vê essa história da mestiçagem e da “migrância” na sua literatura?*

**JEA:** Nunca pensei nisso assim, mas faz algum sentido no que você está a dizer, sim, claro. Faz sentido neste aspecto, sim.

**MB:** *E agora uma pergunta: estamos à beira de trinta anos de independência de Angola. Já a quase três anos, ou três anos, de um acordo de paz. Quais são as suas perspectivas com relação a essa Angola, a este momento de Angola, ou a um futuro próximo de Angola? O que você pensa a respeito disso?*

**JEA:** Como todo angolano, sou otimista. Sou realmente otimista. Eu acho que, pois, já alcançamos a paz, que foi um grande triunfo e é evidente que... Eu não creio que a guerra... Por vezes o governo tentou durante muito tempo, o regime tentou vender esta idéia de que tudo estava errado por causa da guerra, de que qualquer coisa que não funcionasse era a guerra. Não é verdade, tão simples como isto, porque Angola evoluiu muito. Aliás, o grande período de evolução de Angola no crescimento econômico, foi entre 60 e 74, ou seja, durante a guerra colonial. A guerra foi o motor até do desenvolvimento, serviu como motor do desenvolvimento. Portanto, a guerra não pode ser a razão de todos os males e de fato não é. A razão de todos os males tem a ver com a incompetência do regime. Com o desinteresse e com a corrupção. Essa é a principal. Agora, é verdade também que, ao conseguirmos alcançar a paz, deixou de haver essa desculpa do próprio regime. Eu creio que o grande desafio atual, evidentemente, é democratizar o país, tentar conseguir que haja eleições, em primeiro lugar. É conseguir fortalecer a imprensa independente, é conseguir que a sociedade civil se refaça na sua totalidade, ou seja, que voltem a surgir, cada vez mais e cada vez com mais força, não apenas partidos políticos, mas também sindicatos, igrejas e organizações não-governamentais. Eu acho que se está a conseguir, está-se a fazer, embora de forma muito lenta. Eu gostaria que fosse mais rápido, sobretudo no caso das eleições. Eu acho importante haver eleições, eu acho importante haver eleições, sobretudo para o poder local. O poder local é absolutamente essencial. É com o poder local que se vê um país a desenvolver-se. Não acredito, realmente de todo, que seja possível desenvolver sem democratizar. Acho que não é possível. E eu acho curioso que, quando você olha para o mapa da África, percebe que os países desenvolvidos em África, que os países que se desenvolveram, como África do Sul, como Botswana, como a Namíbia, como o Senegal, como Cabo Verde, que é um país sem condições nenhuma do ponto de vista de riqueza, riquezas minerais, etc, mas todos estes países se desenvolveram muito nestes últimos anos e se desenvolveram muito porque são

países democráticos e, quanto mais profunda é a democracia, mais desenvolvido é o país. Portanto, eu acho que o essencial agora é democratizar, é criar estruturas, é forçar o regime a democratizar-se e depois, e depois, ao mesmo tempo, investir no desenvolvimento do país. Quando eu falo em desenvolvimento, por exemplo, uma área absolutamente fundamental é a questão da educação e da cultura. É impressionante que ainda hoje as forças armadas da defesa tenham um orçamento muitíssimo superior àquilo que é reservado para a educação. Eu não sei se ainda hoje é assim, mas creio que ainda hoje é assim: há mais dinheiro para as bolsas de estudo no estrangeiro, de doutoramento e de mestrado, do que para a educação básica. As escolas primárias de Angola estão totalmente abandonadas. Totalmente abandonadas. Os professores ganham nada, uma miséria. Você depois tem isso sim, escolas privadas a surgirem, têm universidades privadas. Há cada vez mais universidades privadas, mas o sistema de ensino público foi totalmente abandonado. O que vai dar até no que conversávamos da questão racial, ou seja, há uma perpetuação do sistema, dos erros e das perversões do sistema colonial. Aqueles que eram mais favorecidos no sistema colonial, os brancos e os mestiços, continuam a ser os mais favorecidos hoje porque são aquelas pessoas que podem colocar os filhos nas universidades privadas ou, inclusive, mandar estudarem os filhos fora do país, que é o que acontece. E a vasta maioria da população não tem sequer forma de educar os seus filhos, porque as escolas não são más: elas não existem. O sistema de saúde, outro problema, o sistema de saúde. Ainda recentemente, e ainda agora estamos em Angola com um problema gravíssimo: o vírus do Marburg, que é um vírus que será mais grave ainda do que o Ébola, portanto o nível máximo que pode haver de periculosidade. E o estado angolano destinou, queria destinar inicialmente quando o vírus aparece, poucas semanas depois, um orçamento de 200 mil dólares para combater o vírus, e meses antes tinha havido um escândalo porque o Supremo Tribunal tinha comprado dois carros, no valor de 800 mil dólares cada um. Então por aqui você percebe quais são os interesses e quais são as prioridades do regime angolano. Quer dizer, o presidente da república não foi capaz de fazer uma única comunicação a respeito do vírus. Não fez. Não há uma comunicação em Angola do presidente da república sobre este vírus numa altura em que já morreram mais de 300 pessoas atingidas pelo vírus. Por que? Porque mais uma vez “o sangue é dos outros”, porque quem está a morrer, mais uma vez, é a população pobre. Não são os angolanos ricos das grandes cidades.

**MB:** *Angola, assim como o Brasil, tem uma forte tradição oral. E é muito interessante, a gente observar lá na Vila do João, que os angolanos muitas vezes se comunicam através de parábolas. E eles contam muitas*

*histórias. E aqui vai um pedido: você teria alguma parábola para contar para a gente sobre tudo isso que a gente conversou aqui hoje?*

**JEA:** Há uma história que eu gosto muito e tem um pouco a ver com essa idéia de muitas vezes os estrangeiros terem a idéia de que vão à África salvar os africanos. E está cheia de organizações não-governamentais estrangeiras que entram no país com a idéia que “nós sabemos, nós é que sabemos, nós é que vamos ensinar a essa gente como é que é” e com experiências horríveis. Por exemplo, na ajuda, até na ajuda, pessoas bem intencionadas, por exemplo, levam trigo para oferecer à população, esquecendo que os camponeses estão a produzir milho, massambala, que são produtos locais, e que estão a fazer concorrência direta a estes camponeses que de repente empobrecem ainda mais porque têm uma concorrência desleal de gente que está a dar. Enquanto eles querem vender, as pessoas estão a dar trigo, que ainda por cima não é um produto local. Então há uma história muito engraçada que é a história de um macaco e do peixe.

O macaco está a passar por um rio, junto a um rio, um ribeiri-nho, e vê um peixe e o macaco diz: “olhe o pobre animal, caiu à água, está se afogando, está a se afogar esse animal. Deixe-me salvar esse animal”. Então o macaco mergulha na água, com coragem e tal, agarra o peixe, tira o peixe para fora da água e o peixe, coitado, começa a estrebuchar e o macaco diz: “Oh! Vejam como esse pobre animal está feliz porque eu o salvei”. Aí o peixe dá mais uns saltinhos, e com falta de ar, morre. E diz o macaco: “coitado, já não foi a tempo, mas ainda tentei salvá-lo”.